

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais



1º QUADRIMESTRE
SALVADOR, 25 DE MAIO DE 2010.



 **Bahia**
TERRA DE TODOS NÓS
Secretaria da Fazenda

Secretaria da Fazenda

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETÁRIO DA FAZENDA
CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA

SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA
CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA

CHEFE DE GABINETE
PEDRO CÉSAR GASPAR DÓREA

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
OLINTHO JOSÉ DE OLIVEIRA

COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E
CONTROLE FINANCEIRO
ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

DIRETOR DO TESOURO
JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS

DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA
WASHINGTON BONFIM MASCARENHAS VENTIN

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. RECEITAS	4
2.1 Receitas Correntes	5
2.1.1 Receitas Tributárias	5
2.1.2 Transferências Correntes	6
2.2 Receitas de Capital	7
3. DESPESAS	8
3.1 Despesas Correntes	9
3.2 Despesas de Capital	9
4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	9
5. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES	10
6. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11
7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇO DE SAÚDE	12
8. RESTOS A PAGAR	13
9. RESULTADO PRIMÁRIO	13
10. RESULTADO NOMINAL	14
11. DÍVIDA PÚBLICA	14
12. CONCLUSÃO	15
13. GLOSSÁRIO	17

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

1. INTRODUÇÃO

Esta apresentação objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia no 1º quadrimestre de 2010, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados de forma resumida e pela relevância, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 22 e 23 de maio de 2010, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº. 101/2000.

2. RECEITAS

Balanco Orçamentário da Receita			Em mil Reais		
Discriminação	Previsão Atualizada 2010	Realizado - Janeiro a Abril			
		2010	Orçamento (%) Realizado	2009	Varição Nominal (%) 2010/2009
Receitas Correntes	22.592.055	7.634.623	33,79	6.184.851	23,44
Receita Tributária	11.419.911	4.096.736	35,87	3.394.891	20,67
Receita de Contribuições	1.169.670	421.786	36,06	342.295	23,22
Receita Patrimonial	221.413	92.861	41,94	62.315	49,02
Receita Agropecuária	1.830	30	1,65	1	2.004,66
Receita Industrial	124	8	6,77	-	-
Receita de Serviços	156.419	22.337	14,28	23.299	(4,13)
Transferências Correntes	9.055.049	3.010.146	33,24	2.484.386	21,16
Outras Receitas Correntes	1.674.866	358.431	21,40	170.177	110,62
Conta Retificadora	(2.546.896)	(842.574)	33,08	(743.580)	13,31
Receitas Intra-Orçament. Correntes	1.439.669	474.862	32,98	451.066	5,28
Receitas de Capital	1.618.512	380.921	23,54	59.438	540,87
Operações de Crédito	857.936	216.795	25,27	24.082	800,22
Alienação de Bens	7.208	174	2,42	92	88,65
Amortização de Empréstimos	53.190	23.315	43,83	12.325	89,16
Transferências de Capital	700.058	140.637	20,09	22.932	513,27
Outras Receitas de Capital	120	-	-	6	(100,00)
Total	24.210.568	8.015.544	33,11	6.244.289	28,37

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As Receitas realizadas no 1º quadrimestre, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 8,02 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 28,37% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizados 33,11% da previsão anual atualizada de receitas do Estado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com uma participação de 51,11% e 37,55%, respectivamente.

2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras.

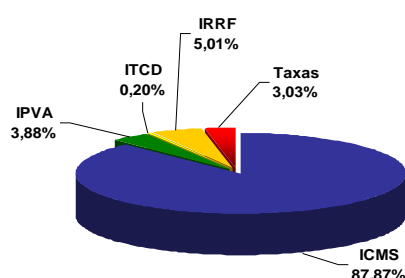
Foram realizadas nesta categoria R\$ 7,63 bilhões, representando uma realização de 33,79 % das receitas correntes anuais previstas e uma variação nominal positiva de 23,44%, em relação ao mesmo período de 2009.

2.1.1 - Receitas Tributárias

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 4,1 bilhões, com um aumento em termos nominais de 20,67% na arrecadação, em relação ao realizado no 1º quadrimestre do ano anterior, decorrente do desempenho favorável da economia e do desempenho da ação fiscalizadora.

Receita Tributária		Em mil Reais			
Receitas	Previsão Atualizada 2010	Realizado - Janeiro a Abril			Variação Nominal (%) 2010/2009
		2010	Orçamento % Realizado	2009	
Receita Tributária	11.419.911	4.096.736	35,87	3.394.891	20,67
ICMS	9.886.118	3.599.882	36,41	2.973.624	21,06
IPVA	528.180	159.066	30,12	133.312	19,32
ITCD	19.007	8.101	42,62	5.899	37,33
IRRF	568.713	205.432	36,12	169.504	21,20
Taxas	417.893	124.255	29,73	112.553	10,40

Fonte: SICO/SEFAZ/SAF/COPAF



O gráfico a seguir, destaca a participação percentual dos principais itens das receitas tributárias realizadas no 1º quadrimestre de 2010.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 87,87% da receita tributária realizada, apresentaram arrecadação de R\$ 3,60 bilhões, com uma realização de 36,41% da previsão anual. O valor realizado proporcionou uma variação nominal positiva de 21,06% em comparação com o efetivado no mesmo período do ano anterior.

O IPVA apresentou uma variação nominal positiva de 19,32% se comparado com o realizado no mesmo período de 2009, sendo arrecadados R\$ 159,06 milhões, ainda apresentando os reflexos das medidas anticrise adotadas pelo Governo e também pelo esforço empreendido na ação fiscalizadora.

O Imposto de Renda Retido na Fonte apresentou um crescimento de 21,20% em relação ao mesmo período do ano anterior, com uma arrecadação de R\$ 205,43 milhões. Esse incremento decorre do realinhamento dos salários decidido nas mesas de negociação.

2.1.2 - Transferências Correntes

As Transferências Correntes representaram 39,43 % das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, totalizando no 1º quadrimestre de 2010, o montante R\$ 3,01 bilhões. Com relação ao mesmo período de 2009, verificou-se um aumento de 21,16% nos ingressos das transferências correntes.

Transferências Correntes				Em mil Reais	
Receitas	Previsão Atualizada 2010	Realizado - Janeiro a Abril			Variação Nominal (%) 2010/2009
		2010	Orçamento (%) Realizado	2009	
Transferências Correntes	9.055.049	3.010.146	33,24	2.484.386	21,16
FPE	4.832.322	1.432.850	29,65	1.410.626	1,58
IPI Exportação	268.281	55.593	20,72	58.837	(5,51)
Salário Educação	48.743	26.594	54,56	22.677	17,27
Compensação Lei Kandir	70.114	18.119	25,84	18.161	(0,23)
Auxílio Exportação	175.656	0	0,00	0	0,00
Royalties	292.090	75.055	25,70	63.885	17,48
Transferências FUNDEB	1.978.737	663.418	33,53	488.654	35,76
Transf. de Convênios	105.367	31.026	29,45	52.521	(40,93)
Outras Transferências	1.283.739	707.491	55,11	369.026	91,72

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

O item mais significativo foi o FPE que participou com 47,60 % do total realizado das transferências correntes, apresentou uma variação nominal positiva de 1,58 % em relação a 2009.

O item Outras Transferências atingiu R\$ 707,49 milhões, representando um acréscimo de 91,72%, se comparado ao mesmo período de 2009. Este aumento foi impulsionado pela realização de R\$ 352,46 milhões de transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde – SUS, somados as transferências de recursos do FNDE no total de R\$ 290,27 milhões.

2.2 - Receitas de Capital

As Receitas de Capital atingiram o valor de R\$ 380,92 milhões e contemplaram os ingressos referentes às Operações de Crédito (R\$ 216,80 milhões), Alienação de Bens (R\$ 174 mil), Amortizações de Empréstimos (R\$ 23,32 milhões) e Transferências de Capital (R\$ 140,64 milhões). Foi realizado nessa rubrica 23,54% da previsão anual.

Receitas de Capital				Em mil Reais	
Receitas	Previsão Atualizada 2010	Realizado - Janeiro a abril			
		2010	Orçamento (%) Realizado	2009	Varição Nominal (%) 2010/2009
Receitas de Capital	1.618.512	380.921	23,54	59.438	540,87
Operações de Crédito	857.936	216.795	25,27	24.082	800,22
Operações de Crédito Internas	199.989	194.598	97,30	17.616	1.004,68
Operações de Crédito Externa	657.947	22.197	3,37	6.467	243,25
Alienação de Bens	7.208	174	2,42	92	88,65
Amortização de Empréstimos	53.190	23.315	43,83	12.325	89,16
Transferências de Capital	700.058	140.637	20,09	22.932	513,27
Outras Receitas de Capital	120	0	0,00	6	(100,00)

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Os ingressos de recursos através de Operações de Crédito, que proporcionaram uma receita de R\$ 216,80 milhões e variação nominal positiva de 800,22% em relação ao mesmo período do ano anterior, deveram-se principalmente às operações internas no valor de R\$ 194,59 milhões. Nas operações internas destaca-se o Programa Emergencial de Financiamento para os Estados e o Distrito Federal - PEF, efetuado com o BNDES. A receita de Amortização de

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

empréstimos apresentou um índice de realização de 43,83% em relação ao previsto, totalizando R\$ 23,32 milhões. As Transferências de capital, formadas em sua totalidade pelas transferências de convênios (transferências da união), apresentaram uma realização de R\$ 140,64 milhões, com variação nominal de 513,27%.

3. DESPESAS

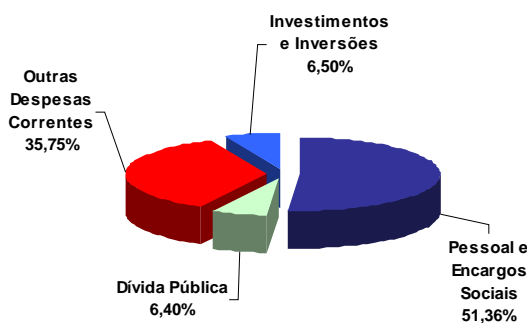
As despesas realizadas no 1º quadrimestre de 2010 totalizaram R\$ 7,07 bilhões, correspondentes a 29,21% do valor orçado. Observa-se um crescimento de 14,30% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Balanco Orçamentário da Despesa				Em mil Reais	
Discriminação	Previsão Atualizada 2010	Executada - Janeiro a Abril			
		2010	Orçamento % Realizado	2009	Varição % 2010/2009
Despesas Correntes	20.373.833	6.307.387	30,96	5.384.616	17,14
Pessoal e Encargos Sociais	11.173.455	3.632.254	32,51	3.337.663	8,83
Juros e Encargos da Dívida	518.537	147.166	28,38	158.355	(7,07)
Outras Despesas Correntes	8.681.841	2.527.967	29,12	1.888.598	33,85
Despesas de Capital	3.811.735	764.804	20,06	802.791	(4,73)
Investimentos	2.686.498	402.813	14,99	177.796	126,56
Inversões Financeiras	247.147	56.883	23,02	52.991	7,35
Amortização da Dívida	878.090	305.108	34,75	572.003	(46,66)
Reserva de Contingência	25.000	-	-	-	-
Total	24.210.568	7.072.191	29,21	6.187.406	14,30

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais, detêm 51,36% de participação no total realizado no período, seguidos das Outras Despesas Correntes com 35,75%, Dívida Pública com 6,40% e

Composição das Despesas Realizadas
1º Quadrimestre 2010



Investimentos e Inversões Financeiras com 6,50%.

3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. No período analisado, as despesas correntes totalizaram R\$ 6,31 bilhões, representando uma realização de 30,96 % do valor fixado para o ano.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 3,63 bilhões, correspondendo a 32,51 % da previsão anual. Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 147,17 milhões, correspondendo a 28,38% da previsão anual.

As Outras Despesas Correntes que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e as Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 2,53 bilhões, correspondentes a 29,12% do fixado para o ano.

3.2 - Despesas de Capital

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 764,80 milhões. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 402,81 milhões, seguido da Amortização da Dívida com valor de R\$ 305,11 milhões, e Inversões Financeiras com R\$ 56,88 milhões.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Apurado superávit orçamentário de R\$ 943,35 milhões, fruto das receitas realizadas em montante equivalente a 33,11% da previsão anual e despesas liquidadas no percentual de 29,21%. O comparativo de receitas e despesas demonstra de forma resumida o percentual realizado em relação ao previsto.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Quadro Comparativo das Receitas e Despesas				Em mil Reais	
Especificação	Receitas Realizadas		Despesas Liquidadas		
	Jan. a abril 2010	Orçamento (%) Realização	Jan. a abril 2010	Orçamento (%) Realização	
Correntes	7.634.623	33,79	6.307.387	30,96	
Capital	380.921	23,54	764.804	20,06	
TOTAL	8.015.544	33,11	7.072.191	29,21	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

O Estado gerou poupança corrente da ordem de R\$ 1.327 milhões, absorvendo o déficit nas contas de capital de R\$ 383,88 milhões, e, por conseguinte alcançando um superávit orçamentário da ordem de R\$ 943,35 mil.

Demonstrativo do Resultado Orçamentário				Em mil reais	
Especificação	Janeiro a Abril				
	2010	2009	Varição Nominal (%)		
Resultado do Orçamento Corrente	1.327.236	800.235	65,86		
Resultado do Orçamento de Capital	(383.883)	(743.353)	(48,36)		
Resultado Orçamentário	943.353	56.882	1.558,43		

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, dentro dos limites legais, permitido pela LRF, em cada Poder e também no Ministério Público.

Despesa de Pessoal x Receita Corrente Líquida 1º Quadrimestre 2010				Em mil reais	
Descrição	Percentual Realizado	Limite prudencial	Limite máximo		
Executivo	44,05	46,17	48,60		
Legislativo	2,72	3,23	3,40		
Assembléia	1,40	1,83	1,93		
TCE	0,79	0,86	0,90		
TCM	0,53	0,54	0,57		
Judiciário	5,54	5,70	6,00		
Ministério Público	1,71	1,90	2,00		
Total	54,02	57,00	60,00		

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/

RCL últimos 12 meses = R\$ 15.826.208 mil

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram no 1º quadrimestre de 2010, o montante de R\$ 1,04 bilhão, representando 23,63% da Receita Líquida de Impostos. No decorrer do ano, as despesas com educação continuarão apresentando crescimento e ultrapassarão o limite constitucional de 25%.

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			Em mil reais
Descrição	Realizado - 1º Quadrimestre		Limite Constitucional Anual
	2010	2009	
Receita Líquida de Impostos	4.411.634	3.890.864	
Total da Despesa Considerada para fins de Limite	1.042.652	972.446	
% Aplicado na Manut. e Desenvolvimento do Ensino	23,63%	24,99%	25%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Demonstrativo - FUNDEF / FUNDEB			Em mil Reais
Ano	Aporte	Retorno	Resultado Apurado
2006	(1.376.031)	444.996	(931.035)
2007	(1.653.222)	836.469	(816.754)
2008	(2.173.385)	1.307.855	(865.530)
2009	(2.317.838)	1.678.147	(639.691)
1º Quadrim. 2010	(841.218)	663.418	(177.800)

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

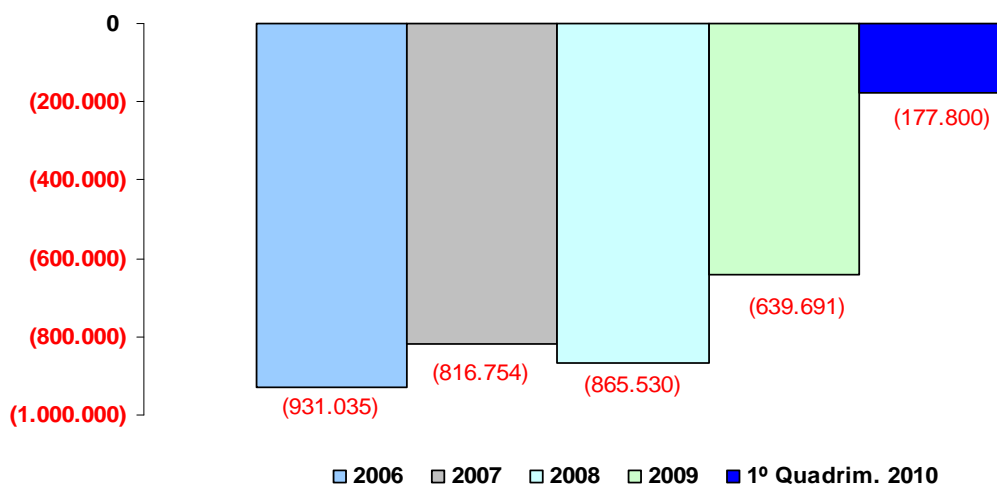
O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB é um Fundo de natureza contábil, sendo implantado em janeiro de 2007, em substituição ao FUNDEF, que tinha uma menor amplitude e não atendia, por exemplo, creche e alunos de ensino médio.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

No 1º quadrimestre de 2010, foi destinado ao FUNDEB o valor de R\$ 841,22 milhões, tendo recebido de retorno o valor de R\$ 663,42 milhões.

Resultado do FUNDEF / FUNDEB



7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

As despesas com saúde atingiram o montante de R\$ 563,99 milhões, correspondendo a 12,78 % da Receita Líquida de Imposto e Transferências, ultrapassando o limite de 12% estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de setembro de 2000.

Despesas Próprias com Saúde			Em mil reais
Descrição	Realizado - 1º Quadrimestre		Limite Constitucional Anual
	2010	2009	
Receita Líquida de Impostos	4.411.634	3.890.864	
Total das Despesas Próprias com Saúde	563.990	505.421	
% Aplicado nas Despesa Próprias com Saúde	12,78%	12,99%	12%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

8. RESTOS A PAGAR

Ao final do ano de 2009, os Restos a Pagar inscritos totalizaram R\$ 470,25 milhões, dos quais R\$ 449,73 milhões foram inscritos pelo Poder Executivo e R\$ 20,52 milhões pelos Poderes: Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

Demonstrativo dos Restos a Pagar - 1º Quadrimestre de 2010				Em mil reais
Descrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Poder Executivo ¹	449.726	5.797	341.749	102.179
Poder Judiciário	10.374	3.329	5.788	1.257
Poder Legislativo	8.280	0	5.331	2.949
Ministério Público	961	0	803	158
Defensoria Pública	909	0	863	46
Total	470.250	9.126	354.536	106.589

Fonte: SICO/SEFAZ/SAF/COPAF

¹ Inclui Serviço da Dívida a Pagar: R\$26.623 mil. A pagar R\$ 3.535 mil.

9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do

Estado para que, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, possa honrar os pagamentos das suas despesas	Demonstrativo do Resultado Primário		Em mil reais
	Descrição	Realizado Janeiro a Abril	
		2010	2009
	Receitas Fiscais Correntes (I)	7.578.468	6.126.255
	Receitas Fiscais de Capital (II)	140.637	22.938
	Receita Fiscais Total (III) = (I+II)	7.719.104	6.149.192
	Despesas Fiscais Correntes (IV)	6.160.221	5.226.261
	Despesas Fiscais de Capital (V)	434.867	207.542
	Despesas Fiscais VI = (IV+V)	6.595.088	5.433.803
	Resultado Primário (III - VI)	1.124.017	715.389

Fonte: SICO/SEFAZ/COPAF

Nota: Meta do Resultado Primário - LDO para o ano de 2010 = R\$ 345.402 mil

correntes (inclusive as de pessoal e transferências a municípios), das suas

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender ao serviço da dívida.

O Resultado Primário foi de R\$ 1,12 bilhão, superior à meta anual estabelecida na LDO, no valor de R\$ 345,40 milhões e da LOA, no montante de R\$ 474,93 milhões.

10. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Em relação ao exercício anterior houve redução desta dívida em R\$ 1,14 bilhão.

Demonstrativo do Resultado Nominal			Em mil reais
Especificação	Saldo		Resultado Nominal 1º Quadr. 2010 (a-b)
	30/04/2010 (a)	31/12/2009 (b)	
Dívida Consolidada (I)	10.393.832	10.424.316	
Deduções (II)	2.294.291	1.189.369	
Ativo Disponível	2.015.446	1.303.751	
Haveres Financeiros	346.295	215.352	
(-) Restos a Pagar Processados	(67.450)	(329.734)	
Dívida Consolidada Líquida (III) =(I - II)	8.099.541	9.234.947	
Receita de Privatizações (IV)	-	-	
Passivos Reconhecidos (V)	-	-	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	8.099.541	9.234.947	(1.135.406)

Nota : Meta do Resultado Nominal - LDO, para o ano de 2010 = R\$ (-) 665.993 mil

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

11. DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do 1º quadrimestre de 2010, a dívida consolidada apresentou saldo de R\$ 10,39 bilhões sendo R\$ 7,92 bilhões originários da dívida interna, R\$ 1,98 bilhões da dívida externa e as outras dívidas no total de R\$ 489,09 milhões. Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício de 2009, verifica-se que houve redução de ordem de 0,29%.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Dívida Consolidada			Em mil reais
Discriminação	1º Quadrimestre de 2010	Saldo em 31/12/2009	% Variação
Interna	7.924.306	7.889.765	0,44
Externa	1.980.440	2.041.427	(2,99)
Outras	489.086	493.124	(0,82)
Total	10.393.832	10.424.316	(0,29)

Fonte: SICOFF / SEFAZ / SAF / DEPAT / GEPUB

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,51 no 1º quadrimestre de 2010. Essa relação é bem inferior ao limite fixado, de 2 vezes a RCL.

Dívida Consolidada Líquida / RCL			Em mil reais
Descrição	DCL	RCL	DCL / RCL
Exercício de 2006	11.616.488	11.360.178	1,02
Exercício de 2007	10.370.837	12.584.607	0,82
Exercício de 2008	10.240.885	14.237.786	0,72
Exercício de 2009	9.234.947	14.671.427	0,63
Em Abril de 2010	8.099.541	15.826.208	0,51

Fonte: SICOFF/SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPUB

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

A relação da Dívida Consolidada Líquida com a Receita Corrente Líquida também apresentou redução, encerrando o quadrimestre em 0,51.

12. CONCLUSÃO

No 1º quadrimestre, o Estado registrou Superávit Primário no valor de R\$1,12 bilhão. A Receita Total realizada no valor de R\$ 8,02 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 7,07 bilhões resultaram em Superávit Orçamentário de R\$ 943,35 milhões.

Metas		Em mil reais
Descrição	Valor realizado	Meta Anual LDO
Resultado Primário	1.124.017	345.402
Resultado Nominal	(1.135.406)	(665.993)

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

O Resultado Nominal demonstrou redução do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 1,14 bilhão.

Os limites referentes à dívida pública, garantias de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite permitido pela LRF.

Os limites de educação e saúde apresentam percentuais que apontam para o cumprimento das metas no final do ano.

Limites Constitucionais e Legais

Descrição	Limite Realizado	Limite prudencia	Limite máximo
Despesa de Pessoal	54,02	57,00	60,00
Dívida	0,51	1,80	2,00
Garantias de Valores	0,61	-	22,00
Op. de Crédito Internas e Externas	1,37	-	16,00
Op. de Crédito por Antecip.de Receita	0,00	-	7,00

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Descrição	Limite realizado	Limite Mínimo Anual
Educação	23,63%	25%
Saúde	12,78%	12%

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais.

Salvador, 25 de maio de 2010.

GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 15% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mais as devoluções de tributos, recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertence a outro ente de acordo com a lei vigente e a renúncia de receita contabilizada.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e a continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis e ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-Orçamentárias

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do serviço da dívida a pagar.

Estado

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

SICOF

Sistema de Informações Contábeis e Financeira gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF